

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 285, DE 2020

Altera o artigo 1º da Lei 12.711 de 2012, para estabelecer cota para os cidadãos que tenham cumprido o serviço militar obrigatório integralmente.

Autor: Deputado DAVID SOARES

Relator: Deputado TIAGO MITRAUD

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 285, de 2020, cria uma nova hipótese de cotas, na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, assegurando 10% das vagas em cada curso de graduação, por curso e turno, para os cidadãos que tenham cumprido o serviço militar obrigatório integralmente.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, em regime de tramitação ordinária, e foi distribuída à Comissão de Educação para análise do mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na Comissão de Educação, transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de um PL que pretende criar uma nova hipótese de cota nos vestibulares para ingresso em instituições públicas de ensino superior.



Atualmente, as vagas nas instituições públicas de ensino já são segmentadas em 50% destinadas à ampla concorrência e 50% que devem ser ocupadas por alunos oriundos da rede pública de ensino.

O projeto de lei, então, propõe a redução da participação da ampla concorrência para 40%, com a destinação de 10% das vagas para alunos que serviram à carreira de militar.

Neste sentido, o projeto de lei em análise, cria um tratamento desigual entre os indivíduos de modo que deve ser adequado, necessário e proporcional para a concretização de direitos fundamentais previstos em nossa Constituição¹.

Ocorre que, ao avaliar esta proposição, entendo que - a despeito da distinta relevância dos membros do exército para o país - sua condição material não evidencia desigualdade que justifique a reserva de vagas nos vestibulares para o ensino superior público a essa categoria.

Explico. A despeito de o serviço militar ser obrigatório, em verdade, é uma imensa minoria dos jovens que se alistam que cumprem com o serviço militar. Segundo informações do próprio governo federal, em 2020, dos cerca de 1,6 milhão de jovens que completariam 18 anos, esperava-se que apenas 90 mil seriam incorporados às Forças Armadas².

Considerando que no Brasil há 1.335.259 matrículas no ensino superior público federal, segundo o Censo do Ensino Superior de 2019³, entende-se que é bastante desproporcional reservar 10% das vagas para um público alvo tão reduzido.

Além disso, tendo em vista esse grande recorte entre os jovens em idade de alistamento e aqueles incorporados às Forças Armadas, não é forçoso reconhecer que, na maioria das vezes, trata-se de uma opção do jovem servir.

1 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros, 1993

2<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/01/servico-militar-deve-incorporar-90-mil-jovens-no-exercito-marinha-e-aeronautica-em-2020>

3https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tiago Mitraud

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212068814500>



Escolha absolutamente legítima e racional, pois, em verdade, as Forças Armadas oferecem uma oportunidade de mudança de vida⁴ e senso de propósito, em um contexto social em que a taxa de desemprego foi de 43,2% na população entre 14 e 17 anos e de 29,5% na população entre 18 e 24 anos, entre abril e junho de 2021⁵.

De outro lado, o jovem ao entrar na corporação já recebe remuneração; e após servir um ano como recruta, pode seguir por mais 7 anos⁶ nas Forças Armadas como engajado e pode chegar a patente de 3º Sargento, obtendo remuneração de R\$3.825,00 (três mil, oitocentos e vinte e cinco reais).

Quando comparado com a média salarial nacional, que foi de R\$995,00 (novecentos e noventa e cinco reais)⁷ no primeiro trimestre de 2021, percebe-se que durante sua trajetória dentro das Forças Armadas, um jovem com qualificação de nível fundamental ou médio pode chegar a receber cerca de 4 vezes o valor da renda média dos brasileiros.

Evidentemente que o ensino superior permitirá a esse jovem galgar melhores posições sociais e melhores empregos, com remunerações acima desta. Contudo, caso este jovem seja oriundo do ensino público, já poderá utilizar as cotas atualmente previstas na legislação, mesmo após o cumprimento do serviço militar obrigatório.

O que se discute no presente projeto de lei é se devemos privilegiá-los, em detrimento dos demais indivíduos, no acesso a um serviço público financiado por todos os contribuintes brasileiros, inclusive aqueles que - mesmo sem ter servido o exército - jamais terão condições de chegar ao ensino superior.

Deste modo, entende-se que é desproporcional reservar 10% das vagas de todos os cursos de ensino superior ofertados em Universidades

4 http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/aumenta-o-numero-de-jovens-interessados-em-servir-o-exercito-brasileiro-campo-grande-ms-

5

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2021/pnadc_202102_trimestre_caderno.pdf

6 <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/01/confira-10-fatos-sobre-o-alistamento-militar>

7 <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/06/14/renda-media-do-brasileiro-caiu-11percent-no-primeiro-trimestre-de-2021-aponta-estudo.ghtml>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tiago Mitraud

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212068814500>



Públicas do país para estes jovens, a despeito da inequívoca e meritória função cumprida pelas nossas Forças Armadas e de se reconhecer o esforço e dedicação de todos os jovens durante o serviço militar obrigatório.

Por todo o exposto, nosso voto é pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 285, de 2020.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado **TIAGO MITRAUD**
Relator

